

INSTITUTO FEDERAL GOIANO  
GRADUAÇÃO TECNOLOGIA EM AGRONEGOCIO

O AGRONEGÓCIO E O MOVIMENTO DOS  
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO SUDOESTE  
GOIANO:

A percepção das trabalhadoras Sem Terra

NOEMI DE MORAES GOMES

RIO VERDE  
2020

**NOEMI DE MORAES GOMES**

**O AGRONEGÓCIO E O MOVIMENTO DOS  
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO SUDOESTE  
GOIANO:  
A percepção das trabalhadoras Sem Terra**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Tecnologia em Agronegócio do Instituto Federal Goiano, em cumprimento necessário à exigência para obtenção do grau de Tecnólogo em Agronegócio.

**Orientadora: Dra. Luiza Ferreira Rezende de Medeiros**

**RIO VERDE  
2020**

Sistema desenvolvido pelo ICMC/USP  
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
**Sistema Integrado de Bibliotecas - Instituto Federal Goiano**

GG633a           Gomes, Noemi de Moraes  
                  O AGRONEGÓCIO E O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES  
RURAI SEM TERRA NO SUDOESTE GOIANO: A percepção  
das trabalhadoras Sem Terra / Noemi de Moraes  
Gomes; orientadora Luiza Ferreira Rezende de  
Medeiros. -- Rio Verde, 2020.  
                  36 p.

                  Monografia (Graduação em Tecnologia em Agronegócio)  
-- Instituto Federal Goiano, Campus Rio Verde, 2020.

                  1. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.  
2. Acampamento. 3. Mulheres Rurais. 4. Agronegócio no  
Sudoeste Goiano. I. Medeiros, Luiza Ferreira Rezende  
de, orient. II. Título.



**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

**Identificação da Produção Técnico-Científica**

- Tese
- Dissertação
- Monografia – Especialização
- TCC - Graduação
- Produto Técnico e Educacional - Tipo: \_\_\_\_\_
- Artigo Científico
- Capítulo de Livro
- Livro
- Trabalho Apresentado em Evento

Nome Completo do Autor: Naemi de Moraes Gomes  
 Matrícula: 2019102210130505  
 Título do Trabalho: O Supermercado e o empobrecimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Sudoeste Goiano: A percepção dos Trabalhadores Sem Terra

**Restrições de Acesso ao Documento**

Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: \_\_\_\_\_

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 28/09/2020

- O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não
- O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

1. o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
2. obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
3. cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Rua Verde - 602, 78/09/2020  
Local Data

Naemi de Moraes Gomes  
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

Lucia Perrone Rezende do Mestrado  
Assinatura do(a) orientador(a)



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Declaração 64/2020 - GEPTNM-RV/DE-RV/CMPRV/IFGOIANO

### DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM BANCA EXAMINADORA

Declaramos, para os devidos fins, que os professores abaixo designados participaram como membros da Banca Examinadora, da Defesa do Trabalho de Curso, intitulada "**O Agronegócio e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Sudoeste Goiano: a percepção das trabalhadoras sem terra**" da acadêmica **Noemi Gomes Moraes**, Matrícula nº 2017102210130505 do curso de Tecnologia em Agronegócio, produzido sob orientação da **Profª. Drª Luiza Ferreira Rezende de Medeiros**, realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Rio Verde em 09 de setembro de 2020. A banca examinadora foi constituída pelos professores: **Profª. Drª Luiza Ferreira Rezende de Medeiros** (presidente), **Profª. Me. Keila Mara Oliveira** (membro) e **Prof. Dr. Jesiel Souza Silva** (membro).

Rio Verde, 24 de setembro de 2020.

*(Assinado Eletronicamente)*

Prof. Dr. Jesiel Souza Silva

Coordenador de Trabalho de Curso - TC

*(Assinado Eletronicamente)*

Prof. Dr. Carlos Antônio Cardoso Sobrinho

Coordenador do Curso de Tecnologia em Agronegócio

Documento assinado eletronicamente por:

- **Carlos Antonio Cardoso Sobrinho, COORDENADOR DE CURSO - FUC1 - CCGRAD-RV**, em 24/09/2020 13:03:02.
- **Jesiel Souza Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 24/09/2020 10:13:06.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 24/09/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 190983

Código de Autenticação: f3c21a36c8



INSTITUTO FEDERAL GOIANO  
Campus Rio Verde  
Rodovia Sul Goiana, Km 01, Zona Rural, None, RIO VERDE / GO, CEP 75901-970  
(64) 3620-5600



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

**NOEMI DE MORAES GOMES**

**O AGRONEGÓCIO E O MOVIMENTO DOS  
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA NO SUDOESTE  
GOIANO: A percepção das trabalhadoras Sem Terra**

Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Graduação em Tecnologia em Agronegócio do Instituto Federal Goiano, em cumprimento necessário à exigência para obtenção do grau de Tecnólogo em Agronegócio.

Aprovado em \_\_/\_\_/\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Ma. Keila Mara de Oliveira Farias

---

Prof. Dr. Jesiel Souza Silva

---

Profa. Dra. Luiza Ferreira Rezende de Medeiros

Documento assinado eletronicamente por:

- **Luiza Ferreira Rezende de Medeiros**, COORDENADOR DE CURSO - FUC1 - CCTM-RV, em 26/10/2020 19:04:59.
- **Jesiel Souza Silva**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 20/10/2020 21:49:11.
- **Keila Mara de Oliveira Farias**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 14/10/2020 23:16:12.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 14/10/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 198983

Código de Autenticação: 66548e2737



INSTITUTO FEDERAL GOIANO

Campus Campos Belos

Rodovia GO-118 Qd. 1-A Lt. 1 Caixa Postal nº 614, Setor Novo Horizonte, CAMPOS BELOS / GO, CEP 73.840-000

(62) 3451-3386

## **AGRADECIMENTOS**

*Agradeço primeiramente ao autor da vida, o meu grandioso Deus, se cheguei até aqui é por Ele, se tenho perspectivas de crescimento é pela graça dEle derramada sobre mim. Sou grata por todas as boas pessoas que tenho ao meu redor, família, amigos, colegas e professores que sempre acreditaram em meu potencial. Estendo meus agradecimentos aos integrantes da banca de defesa do presente trabalho, que se prontificaram a participar comigo deste momento único que marca o início de um longo caminho a ser percorrido. Por último, mas não menos importante, agradeço à minha orientadora, Dra. Luiza Medeiros, que esteve comigo por todo esse período de pesquisas, dúvidas, descobertas, e tão pacientemente me ajudou em cada detalhe, demonstrando seu empenho e dedicação para que este trabalho fosse realizado e concluído com êxito. No mais, agradeço a todos os que de alguma forma colaboraram para com essa pesquisa, todas as participantes das entrevistas, moradores do acampamento, e ao IF Goiano Campus Rio Verde, que por meio de suas atividades integradas cooperou com este trabalho através de agradáveis momentos em que pudemos fazer parte.*

## RESUMO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Movimento dos Sem Terra ou MST, é considerado o principal movimento social do campo no Brasil e um dos mais importantes no mundo, remetendo a uma questão agrária, estrutural e histórica no Brasil, tendo como principais objetivos a luta pela terra e pela reforma agrária. O estado de Goiás possui vasta extensão e concentração de terras, e o Sudoeste Goiano é considerado o berço do agronegócio no estado. O presente trabalho tem como objetivo geral conhecer o desempenho do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Sudoeste Goiano na percepção das mulheres acampadas no acampamento Leonir Orback, a carência de informações pontuais voltadas para o Sudoeste Goiano se traduz como questão de fomento a essa pesquisa. A inserção das mulheres na questão do acesso a terras de reforma agrária deve-se à dedicação das líderes sindicais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A adesão do MST às questões de gênero e direitos da mulher à terra resulta do reconhecimento por parte da liderança ao fato de que o desestímulo das mulheres nas atividades dos assentamentos, decorrente da falta de direitos destas sobre a terra, refletia negativamente no bem-estar do assentamento e do movimento, principalmente no que diz respeito aos esforços coletivos. O envolvimento da questão de gênero no MST ainda é instável, variando por regiões e diretamente relacionado à participação de mulheres em lideranças locais, estaduais ou sub-regionais.

**Palavras-chave:** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra; Acampamento; Mulheres Rurais; Agronegócio no Sudoeste Goiano.

## ABSTRACT

The Movement of Landless Rural Workers, Landless' Movement or MST, is considered the main social movement of the countryside in Brazil and one of the most important in the world, referring an agrarian matter, structural and historical in Brazil, the main goals are to fight for land and for agrarian reform. The state of Goiás has a vast extension and concentration of land, and the Southwest Goiano is considered the cradle of the Agribusiness in the state. The aim of this project is to know the role of the Landless Rural Workers Movement in the Southwest Goiano in the perspective of women camped on the Leonir Orback camp, the lack of information of the Southwest Goiano is the fomentation matter in this research. The women participation of the access of the agrarian reform lands is due to dedication of the sindical leaders of the National Confederation of Agricultural Workers (CONTAG) and Single Center Workers (CUT). The accession of the MST regarding the matter of gender and women rights to the land results in the acknowledgment for the leadership to the fact of discouragement in the settlement's activities, due to the rightless on the land, reflected negatively in the settlement and movement welfare, mainly in the collective efforts. The case of gender engagement in the MST still is unstable, varying of regions and connected to the participation of local women, state and subregional leadership.

**Key words:** Movement of Landless Rural Workers; Camp; Rural Women; Agribusiness on the Southwest Goiano.

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2 REVISÃO TEÓRICA .....</b>	<b>9</b>
2.1 <i>O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.....</i>	<i>9</i>
2.2 <i>O MST no Sudoeste Goiano.....</i>	<i>13</i>
2.3 <i>Mulheres, o contexto Rural e sua inserção no MST.....</i>	<i>16</i>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>20</b>
<b>4. RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>21</b>
4.1 <i>Idas e Vindas.....</i>	<i>21</i>
4.2 <i>Apoio ao acampamento.....</i>	<i>23</i>
4.3 <i>Entrevistas.....</i>	<i>24</i>
4.3.1 <i>A inserção das participantes no MST .....</i>	<i>25</i>
4.3.2 <i>O dia a dia no acampamento .....</i>	<i>26</i>
4.3.3 <i>Embargos do MST no Sudoeste Goiano.....</i>	<i>30</i>
4.3.4 <i>O Agronegócio e o MST na Região.....</i>	<i>31</i>
<b>5. CONCLUSÃO.....</b>	<b>33</b>
<b>6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>35</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ANMTR - Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

CNDM - Conselho Nacional de Direitos da Mulher

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT - Comissão Pastoral da Terra

CUT - Central Única dos Trabalhadores

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MMTR - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTL - Movimento Terra Livre

NB – Núcleo de Base

POLOCENTRO - Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

# 1 INTRODUÇÃO

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra<sup>1</sup>, Movimento dos Sem Terra ou MST, é considerado por muitos autores, entre eles (CALDART, 2001; SILVA E SOUZA, 2017; FIGUEIREDO E PINTO, 2014) o principal movimento social rural no Brasil e um dos mais importantes no mundo, remetendo a uma problemática agrária, estrutural e histórica no Brasil, tendo como principais objetivos a luta pela terra e pela reforma agrária. Nesse sentido, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra através da conquista de terras busca territorializar ou reterritorializar as famílias camponesas, como aponta Silva e Souza (2017), e o principal meio utilizado para alcançar esse objetivo conforme explica Sigaud (2005) é a ocupação de terras. Este movimento se consolidou na década de 1980, e desde então, através de articulações políticas e engajamento de vários agentes envolvidos, conforme literatura que aborda a temática, conquistou autonomia, legitimidade e o reconhecimento como principal movimento camponês de luta por terras no país.

A literatura contempla diversas formas de abordagem quanto ao Movimento, e por isso há uma miríade de discussões em diversos aspectos, tais como históricos, geográficos, políticos, sociais, econômicos, educacionais e pedagógicos. Tais discussões podem ser observadas em diversas localidades do Brasil, no entanto, no tocante ao MST no estado de Goiás, e mais especificamente no Sudoeste Goiano, a literatura ainda é incipiente.

Goiás possui vasta extensão e concentração de terras e de acordo com Silva e Souza (2017) na década de 1970 passa por expressivas modificações em sua estrutura fundiária decorrentes das políticas de desenvolvimento para o Cerrado, como o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO), que viram nas boas condições físicas e naturais da região oportunidades para investimentos na produção agropecuária. O Sudoeste Goiano é considerado o berço do agronegócio, uma vez que possui os principais municípios produtores de grãos do estado, agricultura altamente mecanizada e destaque a nível nacional em produtividade.

As principais culturas implementadas na região do Sudoeste foram o arroz, soja, milho e a cana de açúcar, destas, destaque para a soja, milho e posteriormente a cana de açúcar, que se consolidaram como potenciais geradoras de renda e emprego e atrativos de investimento

---

<sup>1</sup>Há uma distinção ortográfica e conceitual entre o termo sem-terra (com hífen) e Sem Terra (sem hífen, maiúsculo). Enquanto o primeiro alude à categoria social de trabalhador rural não-proprietário de uma unidade de produção ou o é em condições precárias, o segundo faz alusão a uma referência identitária do trabalhador ou trabalhadora que incorpora os princípios do MST. Essa distinção será adotada neste trabalho.

para a região. A produção de soja no Sudoeste Goiano é promissora, gera grandes divisas para o estado, abastece o complexo agroindustrial local, contribuindo também no cenário nacional do complexo e insere o estado em posição privilegiada entre os principais exportadores da commodity, cooperando também para a posição do Brasil como segundo maior produtor mundial do grão. É uma cadeia completa que reflete nas expressivas cotações do PIB do agronegócio no estado, junto aos complexos do milho e sulcroalcoleiro, munidos de alto nível tecnológico e científico em toda a produção e processamento.

A proposição agronegócio e MST no Sudoeste Goiano apesar de impactante social, política e economicamente, é pouco explorada no âmbito de interlocuções e debates do agronegócio. Visando contribuir teórica e cientificamente para tais debates, e corroborar na disposição de estudos desta questão voltados para a região, a proposta é compreender o MST frente à predominância do agronegócio no Sudoeste Goiano. Assim, o objetivo geral deste estudo se constitui em conhecer a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no Sudoeste Goiano sob a percepção das mulheres acampadas no acampamento Leonir Orback. Os objetivos específicos estão assim delineados a) Realizar levantamento bibliográfico sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); b) Caracterizar o acampamento estudado e a atuação das mulheres trabalhadoras nele acampadas; c) Compreender segundo a percepção das mulheres acampadas os principais conflitos existentes entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e o Agronegócio.

## **2 REVISÃO TEÓRICA**

### **2.1 O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST**

Silva e Souza (2017) apontam que a questão agrária no Brasil é geradora de complexas discussões em âmbitos políticos e institucionais e o motivo do surgimento de vários movimentos sociais camponeses, dentre eles o MST. Conforme a cartilha oficial do MST elaborada pela direção nacional do movimento e publicada em 2010, no território brasileiro se encontram os maiores latifúndios<sup>2</sup>, o que remonta à chegada dos portugueses no país no século XVI, associando a isso a monocultura para exportação e o trabalho escravo que firmou esse modelo de ocupação de terras no Brasil pautado na concentração fundiária e desigualdade social, fato que se agravou anos após com a Lei de Terras, de 1850. As

---

<sup>2</sup> O MST considera como latifúndios as grandes extensões e concentrações de terra, baseadas no modelo do coronelismo, e, ainda que em menor frequência em seus discursos, as áreas improdutivas, seja por condições naturais, ou reflexo de superexploração no uso do solo.

manifestações populares protagonizadas por operários e camponeses são antigas e permeiam por toda a história do Brasil, no entanto, este documento oficial pontua que os grupos de manifestações camponesas de luta por terras se fortaleceram a partir da segunda metade do século XX.

De acordo com Caldart (2001), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é proveniente das manifestações de luta por terras resgatadas no final da década de 70 após um período de forte repressão política, tendo as ações concentradas no início principalmente na região centro-sul do país através de grupos de camponeses. No entanto a formalização do MST ocorreu no Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, em 1984, em Cascavel-PR, quando, como aponta cartilha oficial do MST (2010), os protagonistas dessas manifestações se organizaram e fundaram o MST, movimento social camponês nacional que nasceu de três objetivos: lutar pela terra, pela Reforma Agrária e por mudanças sociais no país (MST, 2010).

A partir de então, o Movimento ganha autonomia política e econômica dos partidos, igrejas e do Estado, como os próprios diretores nacionais do movimento declaram, se espalhando por diversas partes do país como protagonista ou apoiador de outros movimentos camponeses, representando como principal movimento de luta por terras, a partir de 1990, esse público que passa a enfrentar desafios cada vez maiores nas mais variadas instâncias, com destaque para o cenário político do país, que por vezes pareceu caminhar em direção à realização da reforma agrária e distribuição de terras para as famílias camponesas, mas por fim perdurou a lógica do capitalismo e enfraquecimento camponês. O mesmo documento da Secretaria Nacional do MST publicado em 2010, traz a afirmação dos dirigentes ressaltando que “uma das principais conquistas do MST é manter o tema da reforma agrária na pauta de discussão da sociedade e do Estado” (MST, 2010, p.11).

Sigaud (2005) demonstra em seu estudo que a forma mais apropriada no Brasil para reivindicar terras para Reforma Agrária tem sido ocupá-las. Essa modalidade se fortalece a partir da legitimização por parte do Estado, onde este, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), desapropria as terras ocupadas e as redistribui entre os acampados, tornando-os “parceiros”, proprietários de uma parcela da terra. As ocupações realizadas a partir da retomada das manifestações na década de 1980 passaram a envolver várias famílias em um acampamento, contando com apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o que promoveu força e amplitude em comparação às ocupações que antecederam o golpe militar. Ainda conforme Sigaud (2005), após a Constituição de 1988,

ficou estabelecido que as terras que não cumprissem com sua função social, caso das terras improdutivas, estariam suscetíveis à desapropriação, o que desencadeou ocupações de terras por todo o país, através não só do MST, como dos sindicatos de trabalhadores e outras organizações sociais rurais.

A cartilha redigida pela Secretaria Nacional do MST (2010) explica que o público que compõe os acampamentos é formado por famílias de camponeses trabalhadores rurais, arrendatários, bóias-frias, meeiros e constituintes do êxodo rural, indivíduos que defendem que a terra precisa ser de propriedade daqueles que trabalham nela. São pessoas que passam a viver nos acampamentos, beiras de estradas ou áreas abandonadas visando conseguir a posse da terra por meio de um programa de reforma agrária, legitimado pelo Estado.

As terras já desapropriadas e de posse dos assentados militantes, devem constituir espaços não somente de produção e trabalho, mas um espaço coletivo compartilhado por um conjunto de famílias camponesas. Esse estágio da luta traduz o desfecho do processo de conquista da terra e inicia a busca por uma nova ordem econômica, política, social e ambiental no espaço conquistado. O principal desafio nesse momento é a associação dos assentamentos a um fragmento político que os proteja em termos de políticas assistenciais, atualmente reduzido a resolução de conflitos, este fato está diretamente interligado aos subsídios direcionados à atividade, o que traduz na demanda por políticas públicas que ofereçam melhor seguridade à agricultura familiar (MST, 2010). Giongo et al (2019) esclarecem que os direitos dos assentados são responsabilidade do INCRA, quando o assentamento estiver a ele vinculado, assim como a criação de projetos governamentais de apoio à agricultura familiar, por meio de políticas de crédito e fomento à produção dos assentados em suas parcelas de terra.

Desde sua concepção o MST busca também direitos à educação pública que envolva todos os níveis educacionais para os integrantes de seus acampamentos e assentamentos, o que requer adequação dos educadores às condições dos alunos, o Movimento tem alcançado esse objetivo com a implantação de escolas em suas áreas, tais como escolas em assentamentos, a escola itinerante nos acampamentos, além de parcerias com instituições públicas de ensino superior. O MST tem investido também em atividades culturais e veículos de comunicação e informação interna, e conta com apoiadores até mesmo no exterior, como professores, jornalistas, militantes sociais, comitês defensores das questões de trabalhadores rurais em seus países, além de líderes religiosos dentro e fora do Brasil (MST, 2010).

Caldart (2001) assinala que nos assentamentos e acampamentos espalhados pelo Brasil, além da produção de alimentos, o Movimento conta com cooperativas de trabalhadores sem terra, unidades agroindustriais, escolas em suas áreas e cirandas infantis que têm por objetivo a implementação da cultura do movimento social na formação das crianças. A autora afirma que apesar de ser um movimento social relativamente novo perante a história do país, o MST tem alcançado conquistas e adquirido personalidade própria, distinto de outros movimentos camponeses. Segundo ela, o MST se constitui em um modo de vida, por isso se trata de algo mais profundo.

Afirmar que uma luta social produz e reproduz um movimento sócio cultural, maior do que ela mesma, significa dizer que sua dinâmica encarna, exige e projeta dimensões relacionadas ao modo de vida das pessoas em uma sociedade: mexe com valores, posturas, visão de mundo, tradições, costumes..., enfim, provoca a reflexão da sociedade sobre si mesma. Por isto as ações de seus sujeitos acabam tendo um sentido histórico e uma influência política que extrapola o seu conteúdo específico, os interesses sociais imediatos e a consciência política que produziu não somente as ações, mas seus próprios sujeitos (CALDART, 2001, p. 215).

Dentre outros, alguns dos principais compromissos do MST em relação à luta por terras e realização da Reforma Agrária são combater a monocultura e o uso de agrotóxicos; não vender a terra conquistada, possibilitando o repasse às gerações futuras; combater as empresas transnacionais vinculadas à produção agrícola no Brasil; lutar pela imposição de limite máximo no tamanho das propriedades de acordo com a região e desapropriar as fazendas que ultrapassem o limite, não importando o nível de produção e produtividade; requerer o controle da produção dos agrocombustíveis pelos camponeses e trabalhadores rurais; desapropriar terras nas quais os proprietários não dependam da agricultura para suas atividades; investir em modelo tecnológico com enfoque ecológico e participativo; aprimorar e fortalecer o INCRA como instrumento público de reestruturação da propriedade da terra, além de estabelecer seu vínculo direto à presidência da República (MST, 2010).

Na concepção dos dirigentes do MST, a disputa pelos investimentos públicos que envolve o agronegócio e a agricultura familiar, com destaque para os assentamentos, é o grande motivo das tensões entre os dois grupos e modelos de produção. Para eles, os impedimentos promovidos politicamente giram em torno não somente da Reforma Agrária, mas também da democracia conquistada na Constituição de 1988, destacando o que diz respeito à função social da propriedade agrícola, e externam que se trata de violação da reconstrução democrática do Brasil e do direito de partilha da riqueza produzida (MST, 2010).

## 2.2 O MST no Sudoeste Goiano

A ocupação de terras em Goiás remonta ao cenário territorial brasileiro desde a delimitação de seus primeiros municípios no século XVII, com terras historicamente concentradas em poderio de poucos, processo iniciado desde a chegada dos bandeirantes no estado para exploração e ocupação do território, seguido pela construção de arraiais que posteriormente se transformaram em pequenos municípios e iniciaram atividades econômicas como a agricultura, pecuária e mineração no estado. Todavia os investimentos direcionados pelo governo à região a partir da década de 1970 visando a modernização da agricultura no Cerrado contribuiu para a intensificação da concentração de terras e dos conflitos no campo (SILVA E SOUZA, 2017).

A expulsão dos camponeses do meio rural no advento da tecnificação da agricultura e o fato de muitos ficarem marginalizados nos meios urbanos acarretou o início das lutas por terras e pela Reforma Agrária em terras goianas. Um marco histórico nas lutas por terras em Goiás, ocasionado pelo processo de dominação de grandes fazendeiros em terras consideradas devolutas, ainda que ocupadas por posseiros, foi a Revolta de Trombas e Formoso, ocorrida na década de 1950, conflito político e armado em que grileiros amparados pelo governo promoviam a expropriação e a cobrança do arrendamento das terras aos posseiros camponeses alojados que produziam nelas, o que resultou em mortes e na eleição do líder da organização, José Porfírio (SILVA E SOUZA, 2017). Mesmo tendo ocorrido no Norte do estado de Goiás, região hoje pertencente ao estado do Tocantins, esse conflito possui relevância na história das lutas por terras no estado por expor as questões mais importantes que impulsionam a atuação dos movimentos sociais camponeses e por relacionar-se diretamente à configuração do campo goiano.

Um grande marco da luta pela terra no Brasil e em Goiás foi o compromisso social e profético da igreja católica, considerada progressista, liderada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1975, foi criada a Comissão de Terras, que três anos mais tarde se transformou em Comissão Pastoral da Terra (CPT) e muito ajudou os trabalhadores rurais em suas conquistas por terras e por direitos trabalhistas. (SILVA E SOUZA, 2017, p. 7).

O Sudoeste Goiano<sup>3</sup> é uma região enquadrada nos chamados “espaços agrícolas modernos”, conforme escreve Silva (2015). Para ele, as regiões de planejamento do estado de

---

<sup>3</sup> O Sudoeste Goiano é uma região de planejamento pertencente ao Governo do Estado, definida a partir do critério da linha rodoviária, abrangendo assim municípios que utilizam-se da mesma linha para acesso à capital do estado.

Goiás refletem as desigualdades territoriais, ilustradas principalmente ao observar o desenvolvimento das regiões onde o agronegócio é mais expressivo em detrimento das demais, como o nordeste do estado, onde o agronegócio ainda se mostra incipiente. Em seu estudo ele explica que o eixo Sul do estado foi integrado ao circuito produtivo do Sudeste do Brasil, o que alavancou suas oportunidades de crescimento, uma das principais justificativas para as disparidades regionais em Goiás. Ainda segundo o autor o Sudoeste Goiano está inserido na lógica do Brasil agrícola moderno, com territórios conectados por fluxos de capital e alta produtividade agrícola.

Segundo Silva e Souza (2017) o Sudoeste Goiano participou consideravelmente das reivindicações sociais camponesas no estado, com destaque para o município de Jataí, que integra a região do Sudoeste Goiano e também a microrregião do Sudoeste de Goiás<sup>4</sup>, refletido como um dos primeiros municípios no apoio às lutas por direitos à terra através de movimentos sociais e sindicais na região. “Jataí é considerado o município embrião das lutas sociais no campo nessa microrregião, por originar diversos assentamentos, acampamentos e por possuir um Sindicato de Trabalhadores Rurais bastante atuante” (SILVA E SOUZA, 2017, p. 11).

De acordo com esses mesmos autores, a manifestação dos vários movimentos sociais presentes em terras goianas se mostra tardia em relação ao ocorrido em outras federações, mas afirmam que o MST contribuiu, junto a outras entidades, para o processo de luta por terras no estado, e mesmo não tendo êxito no Sudoeste Goiano, o MST aparece como suporte a vários municípios onde há acampamentos e famílias agrupadas. Para Ribeiro e Guimarães (2011) *apud* Silva e Souza (2017, p.11), “no sudoeste o movimento sempre esteve menos atuante, provavelmente por uma espécie de blindagem por parte do agronegócio, dificultando a ação dos movimentos sociais e evitando a visibilidade da luta pela terra”.

A CPT também oferece suporte aos movimentos camponeses no estado de Goiás, no entanto, no Sudoeste Goiano a ação da Comissão também é enfraquecida pelo Agronegócio que conta com grandes agroindústrias ao longo de seu território. No ano de 2014 duas fazendas em Quirinópolis que estavam em pendência com o Banco do Brasil foram ocupadas pelo Movimento Terra Livre (MTL), porém, logo foram despejados. Em 2015 a tentativa foi

---

<sup>4</sup> A microrregião do Sudoeste de Goiás é constituída pelo IBGE a partir da singularidade de aspectos naturais, produtivos e integrativos. O conjunto de municípios que a integra é semelhante ao da região de planejamento do Sudoeste Goiano, tendo a última alguns municípios a mais em seu conjunto e retirando-se os municípios de Caiapônia, Doverlândia e Palestina de Goiás em relação à microrregião.

em Aparecida do Rio Doce, na Fazenda São João, onde o Movimento requeria ao INCRA investigação na propriedade. Em 2016 a ocupação ocorreu na Fazenda Campolina em Jataí, através de alegação de pendências judiciais, há também ocupação no município de Maurilândia visando conquistar o pedaço da terra em que estão acampados e direcioná-la à reforma agrária, e ainda em 2016 o MST ocupa uma das áreas da Usina Santa Helena, onde os proprietários possuem altas dívidas trabalhistas e com a União (SILVA E SOUZA, 2017).

Os acampamentos às margens de rodovias, os que permanecem não têm forças de negociação o suficiente para nutrir as perspectivas da conquista da terra. A atuação do MST nessa microrregião restringe-se ao Acampamento Padre Josimo, localizado na rodovia GO-210, entre os municípios de Santa Helena de Goiás e Rio Verde e a ocupação/acampamento em uma das áreas da Usina Santa Helena, no município de mesmo nome (SILVA E SOUZA, 2017, p. 13).

Giongo, et al (2019) discorre que no Sudoeste Goiano a diversificação da produção fica comprometida pela predominância das lavouras temporárias, e a disputa pelo uso das terras compõe preocupação ao INCRA, comprometendo os propósitos originais de produção em terras destinadas à reforma agrária, pois devido às condições favoráveis de produção de monoculturas em solos dessa região e a expressiva quantidade de agroindústrias presentes nela, é despertado o interesse no arrendamento das terras já distribuídas por esse órgão.

Atualmente o município de Rio Verde comporta, de acordo com Giongo, et al (2019) o maior número de assentamentos, e a maior parcela de terras destinadas à reforma agrária no Território Rural<sup>5</sup> do Sudoeste Goiano, no entanto dos doze municípios que integram o Território, apenas quatro deles possuem assentamentos já consolidados em terras distribuídas pelo INCRA, mesmo que não vinculados ao MST. No município de Rio Verde estão localizados o assentamento Pontal dos Buritis, Ponte de Pedra, Vaianópolis, Rio Verdinho, Rio Doce, Vale do Cedro, Fortaleza II e Vale do Sonho; em Santa Helena encontram-se o Hidrocilda, São Gabriel e Bauzinho; em Paraúna está o assentamento Canadá e em Acreúna o assentamento Jenipapo. Os autores ainda esclarecem que a maioria desses assentamentos, principalmente os de Rio Verde e Santa Helena, vive no contexto da cadeia produtiva do agronegócio, arrendando parcelas de terra e fornecendo matéria prima para as agroindústrias através de contratos de arrendamento e produção firmados entre as partes. Por outro lado eles

---

<sup>5</sup>Um Território Rural se trata de um arranjo geográfico configurado como uma região de planejamento, que deve carregar características históricas de uma região, envolta em um contexto produtivo característico, sendo eles fragmentos de um território maior.

ponderam que a agricultura familiar é pouco ou nada expressiva nesses espaços, não ultrapassando 5% da área total em todos eles.

### **2.3 Mulheres, o contexto Rural e sua inserção no MST**

A participação da mulher na agricultura familiar e na luta pela conquista de terras é intensa no cenário brasileiro, conforme literatura estudada, as atividades mais desenvolvidas pelas mulheres estão relacionadas à produção de alimento e subsistência da família, plantio de ervas medicinais e artesanato, no entanto não se restringem a essas, podendo abranger atividades de roçado, principalmente no plantio e na colheita, enquadrando as trabalhadoras aos perfis de “pequenas agricultoras posseiras, pescadoras artesanais, extrativistas, arrendatárias, meeiras, parceiras, assalariadas rurais, sem-terra, acampadas, assentadas e indígenas” (SALES, 2007, p. 441).

De acordo com Sales (2007), ainda que expressiva, a atuação das mulheres é por muitas vezes negligenciada como profissão, partindo de uma pauta conservadora, preconceituosa e de desigualdade de gênero. No Brasil, as mulheres rurais passaram a se organizar em um movimento autônomo, o Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) para reclamar seus direitos à terra na década de 1980, quando o reconhecimento do trabalho das mulheres é colocado em pauta em âmbito mundial chegando ao campo brasileiro, além, de acordo com Deere (2004), da abertura democrática e instauração do novo sindicalismo no Brasil na mesma década. A partir de então, Sales (2007) assinala que as mulheres se organizam em várias federações do país em coletivos de mulheres para reivindicar seus direitos.

Ainda conforme Sales (2007), a luta coletiva das mulheres rurais estava pautada na sindicalização, direitos previdenciários, documentação e participação política. [...] “ao ingressar em movimentos, as mulheres rurais criam possibilidades de se afirmarem como portadoras de um saber-poder no campo da política, que lhes proporcione também repensar seu cotidiano” (SALES, 2007, p. 438). A inserção das mulheres na questão do acesso a terras de reforma agrária deve-se à dedicação das líderes sindicais da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e da Central Única dos Trabalhadores (CUT). No entanto, o principal embate à conquista da titulação das mulheres às terras de reforma agrária é refletido quando essa tratativa aparece nas mobilizações como apenas um dos propósitos de conquista dos MMTRs, e não como o objetivo a ser alcançado junto aos órgãos oficiais,

nestes, os principais requerimentos estavam consolidados na sindicalização e direitos previdenciários (DEERE, 2004).

Deere (2004) afirma que a discussão das questões de gênero foi inserida nos movimentos sociais rurais a nível nacional e no Estado por volta de 2000, mesma época em que aconteceu em Brasília a maior manifestação das mulheres rurais, coordenada pela Comissão de Mulheres da CONTAG e articulada ao MMTR, com destaque para o do Nordeste, além de outras organizações de mesmo interesse. Essa manifestação foi intitulada Marcha das Margaridas, onde inspiradas em movimentos por outros países latino-americanos, as mulheres rurais através de organizações coletivas pressionaram o governo e o INCRA para que seus direitos à terra fossem assegurados através da adaptação do regulamento do Instituto, de forma a incluir diretamente as mulheres.

Com a marcha de 2000, as trabalhadoras conseguiram que os contratos e os títulos de terras da reforma agrária fossem em nome do homem e da mulher. [...] A Marcha das Margaridas em 2003 reivindica o acesso à terra, além de um salário mínimo digno, saúde, com assistência integral à mulher do campo, e o fim da impunidade e da violência sexista (SALES, 2007, p. 440).

Importante salientar que a Constituição Federal de 1988 corrobora para o avanço da luta das mulheres, ficando estabelecida, de acordo com Sales (2007), entre outros pontos, a igualdade entre homem e mulher na família assim como no título de domínio ou concessão da terra direcionada à reforma agrária. Deere (2004) explica que os direitos concedidos às mulheres na Constituição são resultado dos esforços empenhados pelo Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM) - extinto no governo Collor-, das mulheres líderes sindicais e do progressivo movimento de mulheres rurais. No entanto a autora pontua que mesmo após os direitos constitucionais concedidos à mulher, na prática essas medidas foram pouco implementadas.

Segundo Deere (2004) no MST a participação das mulheres sempre se mostrou acentuada na fase de ocupação e nos confrontos a que está submetida, no entanto, após consolidados os assentamentos a participação ativa dessas mulheres revela quedas consideráveis, refletidas principalmente pela baixa participação em postos de liderança, e dificuldades impostas que as reduzem aos trabalhos domésticos e submissão. Até que no final da década de 1980 foi fundada a Comissão Nacional de Mulheres do MST, que pressionou para a inserção de grupos de mulheres dentro dos acampamentos e assentamentos, além de comissões estaduais e apoio de lideranças locais e estaduais às organizações de mulheres dentro do movimento. Em 1989 o MST publicou a primeira edição das Normas Gerais do

MST em que um capítulo se direcionou justamente à questão das mulheres, no entanto o movimento ainda se mostrava negligente quanto à temática dos direitos da mulher à terra, não demonstrando esforços nesse sentido, o que se explica pelo fato de nesse período o movimento considerar que a distribuição e titulação da terra deveria acontecer de forma coletiva, independentemente da produção coletiva ou individual, sob justificativa de assegurar que a terra não ficasse alienada. O capítulo das Normas relacionado à questão das mulheres estava direcionado a:

Além de encorajar a participação das mulheres em todos os níveis, outros objetivos incluíam (i) a luta contra todas as formas de discriminação e contra o machismo; (ii) a organização de grupos de mulheres para criar um espaço para as mulheres discutirem seus próprios problemas específicos; (iii) encorajar a participação de mulheres em todas as formas de organização do MST, inclusive dentro do movimento sindical, onde as mulheres trabalhadoras rurais participam independentemente de suas posições de classe; e (iv) organizar uma comissão de mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o movimento (DEERE, 2004, p. 187).

A autora relata que ainda em 1989 a Comissão Nacional de Mulheres do MST foi enfraquecida quando, para o Movimento, elevar as questões de gênero provocaria divisão comprometendo suas concepções originais, e a orientação às mulheres para que continuassem engrenadas nesse sentido foi que se unissem também a organizações específicas, como o MMTR. Em 1993 através de documento oficial o MST declara que a inserção das mulheres ao Movimento deve seguir como questão de classe e não de gênero, o mesmo documento no entanto redigiu que o Movimento deveria continuar incentivando a atuação das mulheres na produção, promover igualdade e contribuir no combate à pensamentos tradicionais entre os integrantes. Com diversos esforços pontuais direcionados ao MST visando mobilizá-lo na questão das mulheres, seu posicionamento seguiu no combate às discriminações sociais e incentivo à igualdade de participação das mulheres (DEERE, 2004).

Em 1995 foi realizado um encontro nacional de mulheres rurais em São Paulo que resultou na criação da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), no qual líderes mulheres do MST participaram e perceberam reflexos positivos em torno das questões de gênero dentro do MST após o evento, contribuindo para a realização do Primeiro Encontro Nacional de Mulheres Militantes do MST, ocorrido em 1996, que resultou na fundação do Coletivo Nacional de Mulheres do MST, responsável pela importante publicação do panfleto intitulado “A questão da mulher no MST: Participando sem medo de ser mulher” (Deere, 2004).

Esse documento aponta claramente para uma lacuna entre a teoria e a prática no MST, destacando o quanto as mulheres não foram suficientemente representadas na liderança. Além disso, embora um princípio básico do movimento, desde 1989, tenha sido dar um fim à discriminação das mulheres e promover sua participação, concluiu-se que isso não tinha sido alcançado na prática (DEERE, 2004, p. 189).

O Coletivo Nacional de Mulheres do MST foi transformado em 1999 em Coletivo Nacional de Gênero, contando com homens e mulheres como membros, e o plano era estabelecer essa estrutura no Movimento a nível sub-regional e estadual. Logo em suas atividades iniciais o Coletivo de Gênero realizou uma publicação de treinamento com o intuito de promover reflexão sobre as questões de gênero e concluiu que o cadastro no INCRA deveria ser de ordem conjunta, o que se tornou política do MST, mesmo que não evidenciada em seus discursos públicos (DEERE, 2004). Em 2003 o INCRA obriga, através da portaria 981/2003, a titulação da terra em nome do homem e da mulher caso sejam casados ou em condição de união estável, conforme aponta Sales (2017).

Segundo Deere (2004), a adesão do MST às questões de gênero e direitos da mulher à terra resulta do reconhecimento por parte da liderança ao fato de que o desestímulo das mulheres nas atividades dos assentamentos, decorrente da falta de direitos destas sobre a terra, refletia negativamente no bem-estar dos assentamentos e do movimento, principalmente no que diz respeito aos esforços coletivos. Outro fator prejudicial identificado foi o impedimento da mulher em conseguir créditos de fomento à produção na ausência do esposo ou companheiro. Apesar dessa adesão, a autora pondera que a desigualdade nos direitos à titulação da terra para mulheres chefes de família permaneceu acentuada, visto que a maioria das mulheres integrantes das intensas mobilizações ocorridas está enquadrada no perfil de esposas ou companheiras, vale ressaltar que essa questão, entre outras, sempre foi levantada nas reivindicações das mulheres rurais.

O envolvimento da questão de gênero no MST ainda é instável, variando por regiões e diretamente relacionado à participação de mulheres em lideranças locais, estaduais ou sub-regionais (DEERE, 2004). “Os movimentos sociais, como espaço inovador das relações de poder, criam e recriam novas formas de reivindicar e de estabelecer relações com o poder institucional. No entanto, eles não se isentam de posições tradicionais de desigualdades de gênero” (SALES, 2007, p.442). Para esta autora, a inserção dessa linha de discussão nas políticas dos movimentos sociais promovem experiência coletiva, e impulsiona o avanço de uma outra luta, a das mulheres rurais, quebrando paradigmas dentro dos próprios movimentos.

### 3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como qualitativo e de natureza descritivo-exploratória, que constituem estudos que têm por objetivo descrever em profundidade determinado fenômeno (MARCONI E LAKATOS, 2010). Como instrumento de pesquisa utilizamos de observações assistemáticas e entrevistas semi-estruturadas. A observação assistemática "consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas" (MARCONI E LAKATOS, 2010, p.175). Este momento da pesquisa pode ocorrer em espaços informais, e é possível observar posturas, rotinas, experiências singulares e coletivas. Todas as informações observadas foram registradas em documento específico, intitulado diário de campo.

A pesquisa foi realizada no acampamento Leonir Obarck, situado na GO-210, Fazenda Ouro Verde que integra terras da usina Santa Helena, de propriedade do Grupo Naoum, localizada no município de Santa Helena de Goiás.

Foram realizadas entrevistas com mulheres moradoras do acampamento, e para selecioná-las foi adotado como critério a participação no curso FIC em panificação, oferecido pelo IF Goiano Rio Verde. Utilizou-se de entrevista semi-estruturada, na qual segundo Marconi e Lakatos (2010, p.180) "É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral, as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal". As entrevistas orientaram-se por um roteiro, contendo além das perguntas de pesquisa, um questionário sociodemográfico para o conhecimento do perfil das participantes. As entrevistas foram realizadas individualmente e gravadas com a autorização da participante após ler e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participar da pesquisa, conforme preconiza a Resolução número 510 de 7 de abril de 2016. Essa pesquisa passou pelo comitê de ética em pesquisa e foi aprovado sob o número CAAE: 24240919.2.0000.0036.

Após a coleta de dados, as entrevistas foram transcritas e analisadas segundo a análise de conteúdo de Bardin (2010) e modificações propostas por Mendes (2012), que consiste no estudo da composição do discurso, reconhecendo a essência e as principais ideias para que se possa demonstrar a estrutura e os elementos do conteúdo esclarecendo suas nuances e buscando seus significados. Na primeira fase, que Bardin (2010) denomina de pré-análise, o pesquisador deve fazer a leitura flutuante, que implica em conhecer inicialmente o material e criar familiaridade com ele. Em seguida, na fase de análise, é realizada a descrição analítica, a qual diz respeito ao corpus (qualquer material textual coletado) submetido ao

estudo aprofundado, orientado pelos referenciais teóricos, nessa fase realiza-se a definição de categorias. A análise de conteúdo se assenta, de modo implícito, na crença de que a “categorização (passagem de dados em bruto a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados em bruto” (BARDIN, 2010, p. 147).

## 4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Optou-se por apresentar os resultados e a discussão a um só tempo, preservando dessa forma a riqueza das informações coletadas. Assim, inicia-se com a apresentação de uma narrativa específica, referente ao histórico do acampamento, coletada durante um evento intitulado Jornada Agroecológica 2019, ocorrido no acampamento Leonir Orback, com a presença de professores e estudantes de diversas instituições públicas de ensino superior. Importante ressaltar que nesses depoimentos há falas tanto das participantes da pesquisa quanto de outros integrantes do acampamento. Os acampamentos representam um importante espaço de socialização, sendo o lócus inicial de mobilização de indivíduos e famílias de diferentes origens, e que, na luta pela conquista da terra, contribuem para a construção de uma nova identidade social. Foram estabelecidas as seguintes categorias: **Idas e Vindas e Apoio ao acampamento**, logo em seguida estão descritas as entrevistas realizadas em campo.

### 4.1 Idas e Vindas

As idas e vindas dos integrantes do MST permeiam por todo o processo de luta pela terra, e com as acampadas do presente estudo também constituem uma constante até conseguirem se instalar nas terras onde estão no momento, isto é, no acampamento Leonir Obarck em Santa Helena de Goiás. Em suas falas elas assinalam que o primeiro local onde se instalaram foi a região Várzea da Ema, terras que fazem divisa com o assentamento Vaianópolis. Nesse lugar, foram feitos os cadastros das famílias que integrariam o acampamento Leonir Orback, permaneceram nesse local por oito meses. A Várzea da Ema foi considerada pelos acampados como um local de refúgio, conforme aponta uma participante *“sempre quando a gente precisava sair da área, que a gente precisava de um local de refúgio eles abrigava nós na escolinha lá do Vaianópolis, aí a gente ficava lá até a gente poder ir pra outro local”*. Da Várzea da Ema, os trabalhadores ocuparam por três meses terras de um canavial próximo ao aeroporto de Santa Helena, local muito perigoso tanto pela vulnerabilidade do cultivo de cana de açúcar quanto pela alta quantidade de animais

peçonhentos tais como cobras, conforme relata uma acampada “fazê um acampamento ali no meio, uma faísca de cigarro botava fogo em nós tudo, mais graças a Deus, todo dia que eu chegava lá né eu rezava pra ter liminar porque lá era uma área que tinha tanta cobra, era um lugar que era um barril de cobra”. Nesse local, ocorreram prisões de três militantes, e a presença policial era constante, o que acabou por desanimar muitos integrantes a continuarem na luta por terras no movimento.

Para que a mobilização continuasse os integrantes resolveram alugar uma área próxima a cidade de Rio Verde, ficando nesse local por cerca de três meses. Houve uma articulação do MST e então decidiram por ocupar a área da Usina Santa Helena em 2016, atual acampamento Leonir Obarck. Os acampamentos do MST têm sido um importante instrumento de luta pela conquista da terra pois buscam explicitar a luta, pressionar governos e mobilizar a opinião pública sobre a questão da terra, e conforme Figueiredo e Pinto (2014) é o que diferencia o MST de outros movimentos sociais do campo.

FOTO 1: Portaria pelo ângulo de entrada de pedestres e motocicletas



Fonte: Elaborado pela autora

As idas e vindas por diversos locais constituem etapas inerentes ao processo de acampamento, período marcado por mudanças, ocupações, reinterações de posse e reocupações, bem como aglutinações de acampamentos diferentes e muita preocupação e incerteza, conforme relato de uma acampada:

Aí vai nós né, pra onde ir? (...) da Várzea da Ema eze tirô nós, nós foi pra aquele assentamento né, a polícia tirô nós, nós foi pra aquele assentamento do Paulo Roberto, foi pra lá duas vezes, nós fomo prum outro lugá ali, só cana, depois nós foi ali pro Douradinho, depois nós veio pra cá. Foi muito lugar, foi muito lugá que se cê fô escrevê os lugá que nós foi aí não cabe (SILVIA).

FOTO 2: Vista de dentro do acampamento em direção à rodovia



Fonte: Elaborado pela autora

Os relatos ilustram narrativas de lutas contra-hegemônicas protagonizadas por essa população específica, evidenciando, entre outros aspectos, que uma política consolidada de reforma agrária caminha a passos lentos no Brasil, intensificando conflitos e deixando milhares de famílias camponesas em situações precárias e com poucas oportunidades de melhoria de qualidade de vida, aspectos também ilustrados pelos registros fotográficos que acompanham toda a narrativa neste trabalho.

Essas idas e vindas foram retratadas em um filme que conta a estória do acampamento Leonir Obarcak, intitulado “Chão”. Esse filme pode ser visto em plataformas de streaming e também está disponível no YouTube. Foi ganhador de melhor filme documentário no festival de filmes de Gramado, edição 2019.

#### **4.2 Apoio ao acampamento**

Durante a ocupação foi criado um núcleo de direitos humanos em Rio Verde, com o objetivo de acompanhar, intervir, fortalecer a luta e também evitar as constantes ordens de despejo operadas pelo poder judiciário. Esse núcleo conta com professores, advogados e integrantes do curso de direito e pós graduação da Universidade Federal de Goiás. O acampamento segue toda uma organização, categorizando equipes para cada função, o local é vigiado 24 horas por seus próprios integrantes na guarita afim de notificarem qualquer anormalidade aos demais, como bem esclarece uma acampada “*a gente tá aqui tranquilo mas tem sempre alguém observando, qualquer coisa a gente se afasta*”. Esse relato foi em um dia

em que estava ocorrendo incêndio em um canavial próximo à localização do Leonir Orback, durante a Jornada Agroecológica.

Outra participante explica:

Quem fica sentado lá naquela portaria é porque tá na guarda, tem até os horário determinado, são quatro etapas de guarda, cada turno, cada NB (núcleo de base) tira 24h de guarda, vamos supô de seis em seis, seis da manhã até meio dia entra uma turma, meio dia até seis da tarde entra outra turma, das seis a meia noite entra outra turma e a noite até o dia amanhecer entra outra turma de um grupo só, aí ali continua o outro (ANA).

### 4.3 Entrevistas

O quadro 1 ilustra a caracterização da participantes, evidenciando aspectos sociodemográficos.

Quadro 1 - Caracterização das participantes

Participantes *	Idade	Escolaridade	Tempo de acampamento	Estado civil
Helena	64	Ensino Fundamental incompleto (cursou até a 6ª série)	03 anos	Casada
Lúcia	53	Ensino Fundamental incompleto (cursou até a 6ª série)	04 anos	Casada
Ana	47	Ensino Fundamental incompleto (cursou até a 4ª série)	03 anos	Casada
Silvia	43	Ensino Médio completo	03 anos	Casada
Ivone	32	Ensino Médio completo	04 anos	União estável

\*Adotou-se nomes fictícios resguardando a identificação das participantes

Conforme descrito no quadro I, as cinco participantes das entrevistas frequentaram a escola, sendo que apenas Silvia e Ivone concluíram o ensino médio, evidenciando a pouca escolaridade das demais participantes. Estão desde o início da história do acampamento Lúcia e Ivone, sendo que as demais ingressaram quando o acampamento já estava estruturado. As entrevistas geraram as seguintes categorias: **A inserção das participantes no MST; O dia a dia no acampamento; Embargos do MST no Sudoeste Goiano; Agronegócio e o MST na região.**

#### 4.3.1 A inserção das participantes no MST

O percurso de vida das participantes até a chegada ao acampamento evidencia que são diversos os motivos de inserção no movimento. Para algumas delas a inserção em um movimento social rural não ocorreu com o acampamento Leonir Obarck, conforme relatam Ivone e Silvia. Ivone, natural do estado do Maranhão, cresceu em um assentamento no Amapá e Silvia convivia no movimento dos trabalhadores muito antes de inserir no acampamento Leonir Obarck:

[...]eu já mexia com o movimento, eu já fui vice presidente, só que era daqui da FETAEG, nós ganhamo a terra lá no Rio Verde, antes disso ganhemo só que eu não fiquei. [...]fizemo uma ocupação no INCRA, ficamo quase três meses no INCRA, de lá eles dero uma terra pra nós no Aragarça, cê entendeu? Só que eu morava cum um homi e aí nós discutimo, ele ficô cum as terra e eu vim embora. Aí fiquei um tempo em Rio Verde, fizemo uma ocupação na Fazenda Vale dos Sonho lá em Rio Verde, entre Caçu e Rio Verde. [...] de Jataí eles fizeram uma ocupação no Várzea da Ema, aí com 15 dias, quase um mês que eles tava no Várzea da Ema eu fui pra lá, através da minha filha, e eu tô até hoje (SILVIA).

Helena tinha conhecimento do MST, mas sua inserção como integrante e militante se deu posteriormente a ocupação das terras da usina, local inclusive que foi palco de uma relação empregatícia, vez que trabalhou na Usina Santa Helena juntamente com seu marido por cinco anos na função de caseiros. Sua aderência se deu ao ter conhecimento de que o processo para ocupação da terra da usina estava em andamento.

Ana, por sua vez, não tinha vivência com o MST, mas foi informada durante o processo inicial de articulação do plano de ocupação, ainda nas terras da Várzea da Ema, e se cadastrou junto ao esposo, ele optou por morar no local desde essa época, Ana no entanto era proprietária de um comércio na cidade, o que retardou sua ida para o acampamento como moradora. Segundo ela o que a impulsionou a viver no acampamento foram os problemas da cidade, especialmente a violência urbana.

[...] na cidade eu mexia com pequeno comércio, em 2015, passei muita dificuldade com assalto, essas coisa né, aí eu fui sofrendo de medo, trabalhava mais sozinha, com o meu esposo no acampamento, aí eu fui criando aquele medo de trabalhá devido a essas bandidagem né, assalto. Aí o último assalto que eu tive eu resolvi que não daria conta mais de trabalhá, vendi meu comércio por pequeno valor, e a partir daí eu comecei a envolver no acampamento né, interessava morar, ficar junto do meu esposo, a gente movimenta, cria galinha, porco, ajudo ele em plantação, cuidar de hortaliça, essas coisas (ANA).

Lúcia também se cadastrou durante a ocupação na Várzea da Ema e atualmente revêsa entre a vida no acampamento e na cidade, segundo ela: *“eu fico aqui e no final de semana eu vou pra Rio Verde, não fico direto, tem as data até porque meu marido tem que trabalhá [...] nas reuniões, essas coisa tudo a gente tá participando, se tem alguma coisa a gente tá aqui participando aqui dentro”*. Nesse relato percebemos que embora não fique todos os dias no acampamento, Lúcia faz questão de participar dos momentos de decisão sobre o acampamento.

Pelos relatos observa-se que a moradia no acampamento se dá de forma diferenciada, algumas acampadas se mudam completamente com a família, levando móveis e utensílios para os barracos de lona, em outros casos há apenas um membro da família; alguns passam a semana trabalhando em outro local e comparecem durante o final de semana e em eventos do acampamento. Esse relato de diversidades de reestruturação da vida para o acampamento também é encontrado em outros estudos tais como o de Veber et al (2013).

#### 4.3.2 O dia a dia no acampamento

No que diz respeito ao cotidiano das entrevistadas, elas relatam ser marcado por sofrimento e momentos de alegria e contentamento simultaneamente. Morar em um acampamento debaixo da lona e suportar o calor, a falta de conforto nas barracas, a ausência de energia e água fresca são aspectos evidenciados de desconforto e ilustram um cotidiano penoso e difícil. No entanto, é importante ressaltar que são os barracos os “indicadores” de “pertença” ao acampamento.

Ana expõe:

[...] não tem aquele conforto né, hoje em dia assim, eu melhorei um pouquinho o conforto da minha barraca porque antes eu ficava até pra fazer uma comida de noite era com uma lanterna debaixo do braço, uma velinha ali, um lampião aceso, antigamente o povo chamava que era o João Bobo né, respirava aquele fedor daquele óleo né, até prejudica a gente (ANA).

FOTO 3: Moradias dos acampados



Fonte: Elaborado pela autora

Silvia também relata a dificuldade com a ausência de energia “*se tivesse energia aqui seria bom demais, todo mundo tinha geladeira, geladeira. Água, tem vez que a vontade é tanta de tomá uma água gelada que quando vê, chega a enchê a boca d’água*”.

Para dispersar o calor, Lúcia utiliza uma caixa d’água com água retirada da represa das proximidades para se refrescar, ela ainda comenta a dificuldade em se locomover até a cidade quando precisa:

Cê tem dinheiro pra comprá uma carne e num compra, cê quer uma coisa gelada da cidade, cê tem que ficá vendo quem vai, quem num vai, pra trazê pra você [...] pra você ir ali em Santa Helena você tem que dá trinta reais quando cê quer resolvê alguma coisa. Quando a gente vai pra Rio Verde tem ônibus, pega ali na portaria [...]esse ônibus é tipo um urbano né que vem de Maurilândia a Rio Verde todo santo dia, só não no domingo, nem feriado. [...]Esses trinta reais sai daqui de dentro mas é só pra ir em Santa Helena. [...] quando você contrata, vamos supô, fulana tem o carro dela, - fulana eu preciso ir na cidade; eu já sei que é trinta reais que todo mundo cobra (LUCIA).

Barros e Teixeira (2018) assinalam que vários estudos revelam aspectos semelhantes aos narrados pelas participantes, tais estudos evidenciam condições de moradia insalubres, baixa cobertura de saneamento básico, dificuldades de acesso à água potável (cacimbas e poços) para consumo e irrigação das lavouras, precariedade ou ausência de coleta de lixo, de energia elétrica e de transporte coletivo.

FOTO 4: Abastecimento dos moradores



Fonte: Elaborado pela autora

Outra situação de dificuldade relatada pelas participantes refere-se ao aspecto financeiro, como diz Helena, para quem é muito difícil não ter salário “*aqui a gente tem que prantá pra conseguí né, prantá pra colhê, é muito difícil emprego né, mais assim, a gente vamo vivendo, com a dificuldade, tudo, mais assim, que a gente qué uma conquista de uma terra né?*”.

Um outro elemento de dificuldade relatado refere-se a convivência no acampamento, conforme Lúcia *“O desafio maior nosso é a convivência com as pessoa [...] você vai conhecendo o dia a dia das pessoa, vendo a realidade do acampamento”*.

A luta e as dificuldades inerentes ao conflito no processo da conquista da terra na região são assinaladas por Ivone *“o desafio mesmo é a gente, é, se colocá em frente a esses latifundiários [...] tá num lugar desse aqui que é colocado mesmo, no cotidiano de hoje é o coração do agronegócio né, e a gente ter uma luta acirrada aqui contra o agronegócio pra gente chegá nessa conquista”*. Esse relato elucida o quanto a inserção nesse local é desafiadora, visto que estão no coração do agronegócio, isto é, numa região marcada pela grande produção e giro de capital oriundos do agronegócio.

Lúcia remete ao conflito no momento da invasão para ocupação de terras quando relata uma experiência violenta, *“eu já apanhei lá na, já apanhei lá nesse movimento, foi a última vez que eu levei um safanão, que eu sou meia atrevida sabe, num tenho medo de polícia, a última vez eu levei spray de pimenta na cara, mais eu não desisto da luta, eu não desisto”*.

As dificuldades relatadas contudo não minam a vontade de engajamento e não levam essas mulheres à desistência do processo de luta pela terra, Lucia diz *“tem hora que dá aquela partida e fala, ai eu vou embora, eu vou embora desse acampamento, ao mesmo tempo você pensa, fazê o quê lá? Eu num vô, eu num acostumo lá”*. Helena segue o mesmo pensamento quando diz *“as vezes a gente tá assim desanimado, qué saí mais assim, a gente já num consegue sabe? Num consegue porque gosta das pessoas aqui sabe? Não consegue ficá sem, vou um pouco na cidade mais logo quero voltá, acho ruim sabe, já acho ruim, já acostumei”*. Silvia afirma não conseguir mais voltar a levar uma vida na cidade e ao mesmo tempo revela a dificuldade de se viver em um acampamento, assinalando que não é qualquer pessoa que consegue viver assim: *“eu fico em depressão na cidade [...] é bom demais aqui minha fia. Mais isso aí pra quem tem coragem de ficá aqui, não é pra todos, aqui não é pra todos, é pra quem tá com aquele objetivo mesmo de querê conquistá uma parcela”*.

Partindo para as oportunidades vislumbradas por essas mulheres, seus discursos seguem no sentido da esperança da conquista da terra e as várias possibilidades de conquistas que podem ser alcançadas após este momento da luta, o que pode ser vislumbrado na fala de Ivone quando diz *“vai tê uma grande oportunidade, que além da terra a gente vai tá conseguino vários outros benefício né, que além da terra nós pode tá conseguindo outros projeto, algo mesmo pro nossos filho”*.

Lúcia destaca que o movimento proporciona oportunidades de aprendizado:

“[...] a gente aprende bastante coisa[...]o IF vem, tem muito tipo de curso, tem muita coisa [...] a gente tá aprendendo muita coisa aqui dentro, não precisa da gente tá saindo. Direto tem os curso, as meninas mesmo direto vem dá os curso pra gente, então assim, é uma coisa muito boa, é uma oportunidade muito boa que a gente tem aqui dentro e você cresce cada vez mais aqui dentro do acampamento (LUCIA).

Silvia vê no estilo de vida do movimento uma liberdade, apesar das dificuldades, como relata *“aqui é bõ demais minha filha, o calor é constante nessa lona, é muito quente, os desafio são muito, mais é bõ porque nós tamo lutando pelo que nós qué, que é tê a liberdade de ocê plantá, colhê, vendê”*.

FOTO 5: Hortas



Fonte: Elaborado pela autora

O acampamento possui hortas em diferentes pontos, hortaliças que abastecem a comunidade local, mas também grande quantitativo é destinado à comercialização, gerando renda para os caixas do acampamento.

FOTO 6: Criação de aves e suínos



Fonte: Elaborado pela autora

Há também criações, como aves e suínos, sendo fornecidos treinamentos de capacitação técnica para o bom manejo de forma a possibilitar criações produtivas e saudáveis no acampamento.

FOTO 7: Abastecimento de criações e hortalças



Fonte: Elaborado pela autora

A região é abastecida por cursos d'água nas proximidades, contando inclusive com uma nascente na região da ocupação, o que favorece as plantações e criações através das boas condições naturais de abastecimento e solo fértil.

#### 4.3.3 Embargos do MST no Sudoeste Goiano

Outro ponto destacado nas entrevistas refere-se a aspectos que comprometem a desenvolvimento do MST no Sudoeste Goiano. As falas das participantes revelam o preconceito da população sobre o movimento e os acampados, a forma como são vistos reflete diretamente na forma como são tratados em todas as atividades que os integram à população ao redor, as falas direcionam a ataques vindos da população que não se identifica a este estilo de vida. Sobre esse aspecto Lúcia diz: *“o povo lá fora vê a gente com uma visão muito ruim da gente dentro do acampamento, então isso pra nós é ruim”*.

Ana assinala a imagem carregada de estereótipos e preconceito por parte dos não integrantes do movimento.

Um(a) pessoa num aceita, outros considera a gente como vandalismo, como pessoas pragueiras [...] sabemos da luta, e muitas pessoa num vê nós com esses olhos né, só vê a gente como pessoas baderneira, pessoas preguiçosos, que num quê trabalhá, e realmente a história num é bem essa, aqui todo mundo trabalha, a maioria tem seu emprego, quem num trabalha, num tá trabalhando lá fora, trabalha pra si mesmo, tá aqui trabalhando de alguma forma (ANA).

Nas palavras de Ivone *“a gente enquanto sem terra, a gente num tem muito reconhecimento né, pela burguesia, pela cidade melhor dizem né [...] eles usa nós assim, que nós tamos aqui como vândalos pra ocupá as terras alheias”*. Posteriormente, Ivone relembra que os integrantes do acampamento sofreram muita repressão por parte da população de Santa Helena e das redondezas, no entanto, ações têm sido desenvolvidas pelos acampados no intuito de melhorar essa imagem e mostrar outra situação:

“no começo era mais ainda né, mas ultimamente a gente vem mostrando as nossas plantação, a nossa organicidade. [...] no começo a gente sofria muito, mas hoje em dia a gente já vê que a gente conquistô uma boa parte já de Santa Helena, a gente conquistô uma boa parte de Rio Verde mesmo, a gente já tem essas conquista, a gente já tem apoio” (IVONE).

Silvia relembra as ações já realizadas por eles no intuito de mudar a visão a respeito dos acampados, *“teve agora nesse ano (2019), nós distribuiu muitas verduras que produziu aqui na cidade, pra mostrá pra eles que nós num somo essas pessoa que eles pensa que nós somo”*.

As falas se assemelham e de acordo com elas o maior desafio enfrentado pelo movimento, trazendo para a realidade do Leonir Orback, tem sido a discriminação por parte da sociedade. Ivone, no entanto, no desfecho de sua fala relata ter o acampamento avançado, hoje, segundo ela, eles já estão melhores no sentido de aceitação por parte da sociedade.

A gente já teve avanço enquanto a faculdade, do IF e tudo mais, porque na verdade a gente até poderia ter corage de chegar lá, mas quando falá de movimento a gente tinha medo da repressão, enquanto o que a gente já passô antes a gente já tá mais tranquilo nessa questão. A gente ainda sofre com isso até por questão também política né, até por questão política que fala partidário, que a gente não apoia, o nosso povo, sempre nós tem a esquerda e tem a direita né, então sempre fica os rivais né, em questão política nós ainda sofre enquanto isso aí, mais enquanto pessoas memo a gente já tá, já dismistificô muito isso e a gente já tá melhor em questão disso (IVONE).

Ana traz um discurso alinhado no sentido de serem os acampados uma comunidade organizada:

Muita gente acha que os sem terra é baderner, que é bagunça, que tão ali pra tomá o que é dos ôtro a força. Num é bem assim, nós tamo aqui lutando por uma terra que as dívida são altas demais e a gente sabemo que eles num tem condições, nós tamos aqui justamente, nós temos advogado que nos acompanha, muito bom, e nós vive aqui mas é dentro da lei, tudo legalizado, aqui nós num faiz nada, nós num avança um pé de milho fora daquele chão ali se num fô autorizado pelo advogado, é tudo acompanhado, não pode passar nenhum pouco, a gente num pode avançar nada sem ordem judicial, é tudo bem acompanhado (ANA).

#### 4.3.4 O Agronegócio e o MST na Região

A respeito da possibilidade de intervenção por parte do agronegócio nas ações do movimento na região, o retorno obtido através das respostas das participantes está voltado ao aspecto político como o de maior interferência. Ao discorrer sobre o agronegócio na região, Ivone expressa: *“Ah, é muito forte, muito forte. Infelizmente é muito forte por questão política, eze tem muito apoio, eze tem apoio demais quanto a isso. É tanto que essa é a maior*

*parte que eleger o nosso político da região é a questão do agronegócio*". No entanto Ivone diz não considerar o agronegócio como embate para as conquistas do MST e do processo do acampamento Leonir Orback ao dizer “[...] *de uma forma ou de outra num vai mudá a nossa mística, a nossa luta, eze num vai fazê com que nós desista, até porque é judicial*”.

Para Helena o agronegócio não interfere quando se trata de competição por espaço, mas sim em ordem política: *“Eu acho que é isso, por questões política né”*. Ana confirma esta percepção deixando o entendimento de ser a pequena produção agrícola proveniente do Movimento na região o motivo da inexistência de competição.

Competir espaço do agronegócio com o movimento acho que num interfere não, assim, porque, vamo supô, nós aqui a gente produz coisas poucas assim, num tem condições de tê muita coisa pra prejudicá eles por exemplo né, num chegô a esse ponto né, então assim eze nunca interferiu, nunca nesse sentido aí não, sempre que a gente fizé alguma coisa que seja necessário levá pra cidade, vende, nunca foi barrado nessas coisa (ANA).

O agronegócio na região tem respaldo político, o atual mandato dá ainda mais autonomia para sua atuação, refletindo em dificuldades para o Movimento de acordo com Silvia, que diz:

O agronegócio é forte, ainda mais com esse presidente, tá fortalecendo mais, e esse governador, tudo eze num é do agronegócio? E tem um deputado que eu esqueci o nome dele, eu sei que é tão grande que é tanta gente que eu vi na televisão, eze num tão brincando não, a bandeirinha vermelha, eles não gostam, e se deixar eles acaba, eles bane, e nós num pode deixá acabá, nós tem que fortalecê cada dia mais (SILVIA).

Quanto ao município de Santa Helena, onde está localizado o acampamento, o depoimento de Ana confirma acontecer o mesmo das outras esferas na região, e complementa dizendo *“a maioria das autoridade, principalmente de Santa Helena, eles não é a nosso favô, de Santa Helena, prefeito ele num é muito cherôso cum nós”*, cita ainda a Usina Santa Helena, onde estão acampados nas dependências, ao dizer: *“esse pessoal da usina num gosta de nós assim, mais nunca nos prejudicô cum nada assim, até onde eu entendo em termos assim, como se diz, eles num cheira e nem fede”*.

Seguindo para o raciocínio da possibilidade de agentes do agronegócio os incomodarem, invadirem o espaço ou algo nesse sentido, Lúcia descarta e afirma : *“tem a lei, não pode, num pode porque nós temos advogado né, nós temos advogado que tá lutando*

*porque é cinco ou seis áreas que tá em processo de desapropriação, que já é da união”, e conclui dizendo:*

Tem seis a sete áreas que é do Grupo Naoum, que já é da União [...] não é isso aqui, isso aqui não, isso aqui é só o acampamento, pra nós tá aqui lutando pelo nossos objetivos, mais não importa, que seja Várzea da Ema, que seja as outras áreas[...]tudo é próxima aqui. O complexo é muito grande, mais no total é 5.800 hectare que já tá adjuntado no processo da reforma (LÚCIA).

FOTO 8: Manifesto ao grupo naoum no acampamento



Fonte: Elaborado pela autora

Por todo o acampamento estão distribuídos instrumentos de identificação do movimento, como bandeiras do MST, campanhas políticas, mensagens e até mesmo fotos de figuras públicas que apoiam a causa. Como ilustra a foto 8, expõe-se expressamente a disputa pela terra com o Grupo Naoum, grupo proprietário da Usina Santa Helena e da área ocupada pelo acampamento Leonir Orback.

## 5. CONCLUSÃO

Percebe-se uma conexão entre o levantamento bibliográfico e aspectos captados nas falas das integrantes da pesquisa, complementados pela observação no cotidiano do acampamento, envolvendo os demais integrantes. Um desses aspectos diz respeito à dificuldade contemporânea por parte do MST em desenvolver-se na região do Sudoeste Goiano, visto que, desde sua fundação obteve êxito em diversas regiões do país. Goiás conta com uma regional do MST em sua capital, alocada na Região Metropolitana, no entanto, durante toda a pesquisa não foram detectados grandes eventos promovidos pelo MST no Sudoeste Goiano, como encontros nacionais e grandes mobilizações, frequentes em outros estados e regiões do país.

Outro fator relevante está no reconhecimento, por parte das entrevistadas e dos demais acampados, de ser a cadeia produtiva do Agronegócio a principal geradora de dividendos da região, vale ressaltar o que aparece na fala de uma das mulheres entrevistadas quando esta diz que o agronegócio e seus agentes não interferem na produção e comercialização dos produtos originados no acampamento, esclarecendo assim o que se refere às deduzidas intervenções destes agentes sobre a produção dos Sem Terra.

Neste sentido, nota-se que o fator delimitante está no respeito ao espaço e atividades de cada frente. Sendo as propriedades, logo, os proprietários, respeitados não há abertura para desavenças, conflitos, violência e até mesmo pânico, advindos das diferenças em que se fundamenta cada atividade, considerando que toda ação conduzirá a uma reação, não estando esta preescrita.

No caso do acampamento Leonir Orback, a área encontra-se em poderio da União, cabe a esta a decisão e consequente destinação da terra, de reinterá-la ou torná-la propriedade dos militantes, tornando-os parceiros. Não há muito o que ambas as partes requererem neste momento, considerando que se trata de um processo judicial.

Os princípios do MST evidenciam que a invasão e requerimento da terra ocorrerá em caso de descumprimento da função social desta, como delimita a Constituição Federal de 1988, sendo entregue pela União ao órgão responsável para destiná-la à Reforma Agrária, neste caso o INCRA. As terras do Sudoeste Goiano são produtivas, integrando todos os estágios da cadeia produtiva na atividade, antes, durante e depois da porteira, atividades essas que movimentam a economia, geram empregos e qualidade de vida, instigam a evolução científica e tecnológica, contribuindo assim para uma sociedade capacitada, fomentando estudo de qualidade proveniente até mesmo da rede pública federal, como o IF Goiano, o que dá a todos a oportunidade de capacitação.

Não obstante a isso, as empresas ou proprietários devem manter-se em dias com suas obrigações para com o Estado e seu corpo de funcionários, caso os tenha, o que não se restringe ao agronegócio, mas trata-se de deveres abrangentes em todos os ramos de atividade.

As oportunidades existem para todos, e no acampamento Leonir Orback não é diferente, a região do Sudoeste Goiano é predominantemente voltada ao Agronegócio, mas não significa dizer que as demais atividades estão inibidas, fato concretizado através da observância nas falas das entrevistadas, que relatam que apesar das dificuldades corriqueiras no cotidiano do acampamento, como aridez, falta de água e energia, etc., as oportunidades de aprendizado são muitas lá dentro, parcerias com universidades, apoio de figuras públicas,

indivíduos e entidades que oferecem suporte nos mais variados aspectos, livre produção e comercialização dos produtos são alguns desses aspectos.

No começo da história do Leonir Orback os acampados enfrentaram resistência por parte da população do município a que pertence a área da ocupação, o que se explica simplesmente pela forma inusitada, característica do MST, de se instalarem no espaço, a invasão em si, fator impactante. No entanto as entrevistadas esclarecem que essa realidade tem sido melhorada, e este cenário têm se transformado.

No tocante às entrevistas com as mulheres acampadas no Leonir Orback, aconteceram de forma simples, refletidas em leveza e espontaneidade, deixando-as livres para discorrerem o assunto conforme preferência, partindo de pontos norteadores através do roteiro de entrevista. Todas se mostraram dispostas a dialogar e abordaram diversos pontos importantes, que filtrados em conexão à proposta do trabalho, e o que se observa paulatinamente durante as entrevistas a respeito do duelo Agronegócio *versus* MST na região partindo da perspectiva delas, toda a questão gira em torno do apoio político, que o Agronegócio conquistou, no entanto o MST enfrenta entraves justamente por sua ideologia e formas de atuação históricas e marcantes.

## 6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence (2010). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BARROS, Larissa Daiane Vieira; TEIXEIRA, Carmen Fontes. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e saúde do campo: revisão integrativa do estado da arte. *Saúde debate*, Rio de Janeiro, v. 42, n. spe2, p. 394-406, Out. 2018. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-11042018000600394&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-11042018000600394&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 Jul. 2020

CALDART, Roseli Salette. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 207-224, Dez. 2001. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142001000300016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 01 Abr. 2019.

DEERE, Carmen Diana. **Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira**. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, Abr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 Ago. 2019.

FIGUEIREDO, Gislayne Cristina; PINTO, José Marcelino de Rezende. **Acampamento e assentamento: participação, experiência e vivência em dois momentos da luta pela terra**. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 562-571, Dez. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 27 mar. 2020.

GIONGO et al. **Uso dos solos em assentamentos rurais no Sudoeste Goiano**. Braz. Ap. Sci. Rev., Curitiba, v.3, n. 2, p. 1331-1347, mar./abr. 2019. Disponível em: <<http://www.brazilianjournals.com/index.php/BASR/article/view/1423>>. Acesso em: 27 Mar. 2020.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. Ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MENDES, Ana. Magnólia (2012) (Org.) **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método, pesquisas** (pp. 89-110). São Paulo: Casa do Psicólogo.

SALES, Celecina de Maria Veras. **Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, Ago. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2007000200010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2007000200010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 24 Mar. 2019.

SECRETARIA NACIONAL DO MST. **Reforma Agrária: Por justiça social e soberania popular. MST: Lutas e conquistas**, São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-54, Jan./2010. Disponível em: <<https://mst.org.br/2009/11/18/nossas-lutas-e-conquistas/>>. Acesso em: 23 Abr. 2019.

SIGAUD, Lygia. **As condições de possibilidade das ocupações de terra**. Tempo Soc., São Paulo, v. 17, n. 1, p. 255-280, Jun 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702005000100011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702005000100011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 Mar. 2019.

SILVA, Fernando Carlos Alves. **O Agronegócio e a Produção Territorial Recente em Goiás**. Sociedade e Território, Natal, v. 27, ed. 3, p. 145-163, 1 dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/download/4992/6143/>. Acesso em: 9 mar. 2020

SILVA, Geslayne Dias; SOUZA, Edevaldo Aparecido. **Luta pela terra no sudoeste goiano: território do agronegócio**. Revista produção acadêmica - Núcleo de estudos urbanos regionais e agrários/ NURBA., v. 3, n. 2, p. 3-15, 2017. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/producaoacademica/issue/download/258/LUTA%20PELA%20TERRA%20NO%20SUDOESTE%20GOIANO%3A%20territ%C3%B3rio%20do%20agroneg%C3%B3cio>>. Acesso em: 06 Mar. 2019.

VEBER, Ana Paula et al. **Relações sociais em acampamento do MST: relato de experiência interdisciplinar**. Revista Conexão UEPG, Itajaí - SC, ano 2013, v. 9, n. 1, p. 70-83, 1 jun. 2013. DOI ISSN-e 2238-7315. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4834400>. Acesso em: 24 jun. 2020.